

DF - educação
 NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, ALGUMAS DISCIPLINAS TERÃO CARGA HORÁRIA REDUZIDA

AULA TERMINA MAIS CEDO

Ana Maria Campos
 Da equipe do Correio

O projeto de política educacional para o ano 2000 anunciado pela secretária de Educação, Eurides Brito, está provocando a reação de pais, estudantes, professores e diretores das escolas públicas do Distrito Federal. No início da semana, a secretária divulgou o documento "Novo currículo da educação básica, uma adequação aos novos tempos" que muda a distribuição da carga horária e aumenta (de quatro para cinco horas) a jornada das turmas a partir da 5ª série na rede pública do Distrito Federal.

Uma das medidas mais polêmicas afeta em cheio a vida dos estudantes secundaristas das escolas públicas. A partir do próximo ano, a carga horária de algumas disciplinas fundamentais para o vestibular e o Programa de Avaliação Seriada (PAS), como Português e Matemática, será reduzida. Em compensação, serão oferecidas novas matérias como Sociologia, Filosofia e o Ensino Religioso — que antes era optativo — passa a constar da grade de horários.

"O Ensino Médio passa a ter

identidade própria, não mais objetivando preparar os alunos para vestibular e, sim, formar cidadãos com capacidade de ler o mundo e atuar sobre eles, com o senso crítico aguçado, atendendo à necessidade do mercado de trabalho de contar com profissionais versáteis, seguros e capazes de aprender constantemente, adaptando-se às mudanças do mundo atual", justifica a Secretaria de Educação no documento divulgado às escolas.

"Estamos regredindo", alerta o diretor do Centro Educacional Setor Oeste, professor Clóvis Sabino. "Com essa redução na carga horária de disciplinas como Química e Física, os alunos da rede pública não terão tempo para apreender todo o conteúdo e ficarão extremamente prejudicados em relação aos das escolas particulares", explica. "Se eles não conseguirem chegar à universidade, como poderão disputar vagas no mercado de trabalho?", questiona.

E a reação começou justamente no Setor Oeste. Pais, alunos e professores reuniram-se, ontem, na tentativa de encontrar uma solução para reverter a decisão da secretária. "Estamos preocupados porque já é difícil

Jorge Cardoso 24.6.99



Estudantes das escolas públicas terão menos aulas de disciplinas importantes para o vestibular

acompanhar o conteúdo hoje e com a redução isso vai ser muito pior", reclama a estudante do Setor Oeste Manuelle Siqueira de Oliveira. "Sociologia e Filosofia são interessantes, mas não podem substituir as matérias mais importantes", destaca. "E Religião se aprende em casa",

opina a colega Daniela Gomes de Amorim.

"Estão piorando o que já era ruim", afirma Lucy Mesquita, mãe de Eduardo Mesquita, aluno da escola. Preocupada com a situação, Lucy esteve ontem na escola do filho. "A nossa mobilização é muito importante, se es-

te governo foi eleito pela comunidade, tem de ouvir nossa insatisfação", destaca.

Se o governo não ouvir os apelos da comunidade escolar, pais e professores vão buscar uma saída jurídica. Na reunião de ontem, uma comissão foi criada para discutir com o Sindicato

dos Professores (Sinpro) e com advogados uma forma de reverter a decisão do governo.

A diretora do Sindicato dos Professores Rejane Pitanga acha que essa medida implica queda de qualidade de ensino para os alunos do 2º grau das escolas públicas. "A desigualdade em relação às escolas particulares que já existe hoje em dia vai se tornar ainda maior."

"O pior de tudo é o método da secretária Eurides. Uma mudança como esta não poderia ser decidida sem uma prévia discussão com o Sindicato", diz Rejane.

Por isso, o Sindicato vai enviar o documento para as comissões de Educação da Câmara Federal e Legislativa, pedindo providências contra a medida anunciada pelo GDF. O outro caminho será uma consulta à Procuradoria da Educação, criada recentemente no Ministério Público, sobre os caminhos legais para impedir o que consideram um "retrocesso na educação".

LEIA MAIS

Sobre Educação
 nas páginas 3 e 4